



Simulado Final **ALERJ**

Especialista Legislativo - Nível IV
Orçamento E Finanças
Pós-Edital

Caderno de Prova

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso **ALERJ**, cargo de **Especialista Legislativo Nível IV - Orçamento e Finanças**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - A participação no ranking classificatório só será permitida até o horário de liberação do gabarito;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/odcUiYazUhgF3jtHA>

01 - A B C D E	17 - A B C D E	33 - A B C D E	49 - A B C D E	65 - A B C D E
02 - A B C D E	18 - A B C D E	34 - A B C D E	50 - A B C D E	66 - A B C D E
03 - A B C D E	19 - A B C D E	35 - A B C D E	51 - A B C D E	67 - A B C D E
04 - A B C D E	20 - A B C D E	36 - A B C D E	52 - A B C D E	68 - A B C D E
05 - A B C D E	21 - A B C D E	37 - A B C D E	53 - A B C D E	69 - A B C D E
06 - A B C D E	22 - A B C D E	38 - A B C D E	54 - A B C D E	70 - A B C D E
07 - A B C D E	23 - A B C D E	39 - A B C D E	55 - A B C D E	71 - A B C D E
08 - A B C D E	24 - A B C D E	40 - A B C D E	56 - A B C D E	72 - A B C D E
09 - A B C D E	25 - A B C D E	41 - A B C D E	57 - A B C D E	73 - A B C D E
10 - A B C D E	26 - A B C D E	42 - A B C D E	58 - A B C D E	74 - A B C D E
11 - A B C D E	27 - A B C D E	43 - A B C D E	59 - A B C D E	75 - A B C D E
12 - A B C D E	28 - A B C D E	44 - A B C D E	60 - A B C D E	76 - A B C D E
13 - A B C D E	29 - A B C D E	45 - A B C D E	61 - A B C D E	77 - A B C D E
14 - A B C D E	30 - A B C D E	46 - A B C D E	62 - A B C D E	78 - A B C D E
15 - A B C D E	31 - A B C D E	47 - A B C D E	63 - A B C D E	79 - A B C D E
16 - A B C D E	32 - A B C D E	48 - A B C D E	64 - A B C D E	80 - A B C D E

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://coruja.page.link/HSyH>

CONHECIMENTOS BÁSICOS**LÍNGUA PORTUGUESA***Fabricio Dutra*

1. Assinale a única alternativa que apresente uma oração subordinada adverbial concessiva.

a) Um relato honesto se desenrola melhor se o fazem sem rodeios.

b) Para se fazer entender, você precisa repetir uma mesma ideia até cansar. Por mais óvia que seja.

c) Sê breve em teus raciocínios, que a ninguém agrada seres longo.

d) Quanto menos se fala, mais fácil fica de emendar.

e) Quem não consegue explicar o que faz em 15 minutos é porque não sabe o que está fazendo.

2. Assinale a única alternativa que apresente problema com a norma culta.

a) É preferível conhecer alguma coisa sobre tudo do que

a) tudo sobre apenas uma coisa.

b) Realizar é o princípio do conhecimento.

c) O que não se comprehende, não se possui.

d) O que se desconhece não se deseja.

e) Quanto mais aumenta nosso conhecimento, mais evidente fica nossa ignorância.

3. Assinale a única alternativa que não se apresente na voz passiva

a) O Brasil é governado por quatro poderes: executivo, legislativo, judiciário e aquisitivo.

b) A cortesia nada custa e com ela muito se ganha.

c) A cortesia é uma coisa excelente, porém com ela não se pagam as contas.

d) No Brasil, não se pratica filantropia — se pratica pilantropia.

e) Um só mestre de vícios, dizem, basta para que uma população se torne corrupta.

4. Um tipo de figura de retórica muito conhecido é a prosopopeia. Das seguintes frases, identifique a que exemplifica uma prosopopeia.

a) A consciência, esse espelho traiçoeiro, devolve-lhe uma imagem que ele preferia não reconhecer, polida demais para ser honesta.

b) Sorriu com a gravidade de quem sabia que a virtude, quando exibida em excesso, costuma esconder pequenas corrupções domésticas.

c) O elogio caiu-lhe aos ouvidos como moeda falsa: brilhante à primeira vista, inútil no fundo do bolso.

d) Prometeu mudar de vida com a mesma convicção com que todos prometem antes de repetir o erro na semana seguinte.

e) A ambição cochichava-lhe conselhos ao pé do ouvido, paciente e insistente, como velha conhecida que não aceita despedida.

5. Naquela noite úmida de março de 1867, a Rua do Salitre estava tomada por intensa movimentação. As Variedades e o Circo Price, iluminados pelos bicos de gás tremeluzentes ao vento, anunciavam uma noite de espetáculo destinada à alta sociedade. A casa estava cheia: diante da entrada, a multidão se comprimia em torno das bilheterias, formando um aglomerado inquieto e barulhento que se espalhava pela rua.

Sobre a sua tipologia textual, assinale a afirmativa correta.

a) Texto narrativo que relata os acontecimentos de uma noite movimentada no circo.

b) Texto informativo que apresenta fatos ocorridos numa noite de março.

c) Texto publicitário que divulga atividades de um circo.

d) Texto descritivo que retrata o cenário de uma noite agitada em torno de um circo.

e) Texto injuntivo que sugere, de forma indireta, a ida ao circo.

Simulado Final ALERJ (Especialista Legislativo Nível IV - Orçamento e Finanças) - 01/02/2026

6. "A ampliação do acesso à informação não garante, por si só, maior compreensão da realidade. Ao contrário, quando não acompanhada de critérios de análise, pode produzir confusão, superficialidade e falsas certezas."

O método de raciocínio predominante no texto é:

- a) Dedutivo, pois parte de uma regra geral para explicar um caso particular.
- b) Indutivo, porque generaliza conclusões a partir de observações isoladas.
- c) Analógico, ao comparar explicitamente dois fenômenos distintos.
- d) Dialético, ao contrapor uma expectativa inicial a um efeito oposto.
- e) Enumerativo, ao listar consequências sem estabelecer relação lógica.

7. A crença de que a tecnologia, por si só, democratiza o conhecimento ignora um aspecto essencial do processo educativo: a mediação crítica. O simples acesso a plataformas digitais, conteúdos abundantes e ferramentas interativas não assegura aprendizagem significativa. Sem orientação, critérios de seleção e capacidade de reflexão, o excesso de informação tende a dispersar, superficializar e até distorcer a compreensão dos fatos. Assim, mais do que investir em recursos tecnológicos, é indispensável formar sujeitos capazes de pensar criticamente sobre aquilo que consomem.

A tese apresentada no texto é:

- a) A tecnologia ampliou de forma definitiva o acesso ao conhecimento nas sociedades contemporâneas.
- b) O excesso de informação disponível nas plataformas digitais compromete todo processo de aprendizagem.
- c) A mediação crítica é indispensável para que a tecnologia contribua efetivamente para a aprendizagem.
- d) As plataformas digitais devem substituir os métodos tradicionais de ensino.
- e) O investimento em recursos tecnológicos deve ser prioridade absoluta nas políticas educacionais.

8. A testemunha, homem experiente, declarou-se cansado de repetir os mesmos fatos diante do tribunal.

No texto acima ocorre:

- a) a silepse de número.
- b) a silepse de pessoa.
- c) a silepse de número e pessoa.
- d) a concordância por atração.
- e) a silepse de gênero

9. Assinale a alternativa em que ocorre participação do autor da frase.

- a) A maior virtude do homem é talvez a curiosidade.
- b) A curiosidade é, nas almas grandes e nobres, a primeira e última paixão.
- c) Nossa curiosidade é proporcional à nossa cultura.
- d) As coisas que as pessoas mais querem saber nunca são da conta delas.
- e) Nunca se farta o olho de olhar nem o ouvido.

10. Assinale a alternativa em que um termo 'mesmo' tem valor diferente dos demais.

- a) O mesmo aluno apresentou novamente a justificativa já analisada pela comissão.
- b) Amigo mesmo é aquele que não separa a briga, chega de voadora.
- c) A banca voltou a considerar o mesmo erro cometido por outros candidatos.
- d) Os avaliadores entrevistaram o mesmo candidato citado no recurso administrativo.
- e) A comissão rejeitou novamente a mesma justificativa analisada no processo inicial.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

Renato da Costa

- 11.** Considere a planilha do Excel abaixo, utilizada por um setor administrativo para consulta de gratificações:

	A	B	C	D
1	(Matrícula)	(Nome)	(Cargo)	(Gratificação)
2	1001	Ana	Analista	1200
3	1002	Bruno	Técnico	800
4	1003	Carla	Analista	1200
5	1004	Diego	Coordenador	2000
6	1005	Elisa	Técnico	800

Na célula F2, foi digitada uma matrícula. Deseja-se, na célula G2, retornar o valor da gratificação correspondente. Caso a matrícula não exista, deve aparecer o texto "Matrícula inexistente".

Assinale a alternativa que apresenta a fórmula correta, utilizando a função PROCX.

- a) =PROCX(F2;A2:A6;D2:D6;"Matrícula inexistente")
- b) =PROCX(A2:A6;F2;D2:D6;"Matrícula inexistente")
- c) =PROCX(F2;D2:D6;A2:A6;"Matrícula inexistente")
- d) =PROCV(F2;A2:D6;4;FALSO;"Matrícula inexistente")
- e) =PROCX(F2;A2:D6;4;"Matrícula inexistente")

- 12.** Um analista de um órgão público utiliza o Microsoft Excel para organizar uma planilha de controle de servidores, contendo, entre outras, as colunas Nome, Setor, Situação (Ativo/Inativo) e Pontuação. Ele deseja implementar as seguintes funcionalidades:

- destacar automaticamente, em cores, os servidores com pontuação abaixo de 60;
- permitir que o usuário visualize apenas os registros de um determinado setor;
- restringir o preenchimento da coluna Situação apenas aos valores "Ativo" ou "Inativo".

Considerando os recursos do Excel, assinale a alternativa que associa corretamente cada necessidade à sua respectiva funcionalidade.

- a) Pontuação abaixo de 60 → Validação de Dados; visualizar apenas um setor → Formatação Condicional; restringir valores da Situação → Filtro.
- b) Pontuação abaixo de 60 → Filtro; visualizar apenas um setor → Validação de Dados; restringir valores da Situação → Formatação Condicional.
- c) Pontuação abaixo de 60 → Formatação Condicional; visualizar apenas um setor → Filtro; restringir valores da Situação → Validação de Dados.
- d) Pontuação abaixo de 60 → Validação de Dados; visualizar apenas um setor → Filtro; restringir valores da Situação → Formatação Condicional.
- e) Pontuação abaixo de 60 → Filtro; visualizar apenas um setor → Formatação Condicional; restringir valores da Situação → Validação de Dados.

- 13.** Um analista de TI de um órgão público estava organizando documentos no Windows e tentou criar alguns arquivos por meio do Explorador de Arquivos. No entanto, alguns nomes não puderam ser aceitos pelo sistema operacional, pois violavam regras de nomenclatura de arquivos do Windows.

Considerando as restrições impostas pelo Windows para nomes de arquivos e pastas, assinale a alternativa que apresenta um nome de arquivo inválido.

- a) relatorio_final_2026.docx
- b) dados.servidores.v1.xlsx
- c) controle<financeiro>.pdf
- d) backup-janeiro-2026.zip
- e) oficio 12_2026.txt

Simulado Final ALERJ (Especialista Legislativo Nível IV - Orçamento e Finanças) - 01/02/2026

14. Durante a elaboração de um relatório extenso no Microsoft Word, um servidor deseja que, ao clicar em uma palavra no texto, o leitor seja levado automaticamente para um título específico localizado em outra parte do documento, facilitando a navegação interna.

O requisito principal é que o link seja criado para um elemento do próprio documento, sem necessidade de páginas externas ou endereços da internet.

Assinale a alternativa que indica o recurso mais adequado para atender a essa finalidade.

- a) Inserção de nota de rodapé.
- b) Criação de sumário automático.
- c) Utilização do recurso Referência cruzada, marcando a opção de inserção como hyperlink.
- d) Inserção de quebra de seção contínua.
- e) Uso da ferramenta Controlar Alterações.

15. Durante o desenvolvimento de um sistema interno, um analista precisou documentar a estrutura de um endereço web utilizado para acesso a um serviço da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ). Foi apresentado o seguinte endereço fictício:

<https://www.aleri.rj.gov.br:8443/portal/servicos/consulta?id=125&tipo=oficio#resultado>

Considerando a estrutura de uma URL, assinale a alternativa que identifica corretamente todos os seus principais componentes.

- a)
 - Protocolo: https
 - Domínio: www.aleri.rj.gov.br
 - Porta: 8443
 - Caminho: /portal/servicos/consulta
 - Consulta (query string): id=125&tipo=oficio
 - Fragmento: resultado
- b)
 - Protocolo: www
 - Domínio: aleri

Porta: rj.gov.br

Caminho: https://portal/servicos

Consulta: 8443

Fragmento: resultado

c)

Protocolo: https

Domínio: aleri.rj.gov.br

Porta: /portal

Caminho: 8443/servicos

Consulta: id=125

Fragmento: tipo=oficio#resultado

d)

Protocolo: https

Domínio: www.aleri.rj.gov.br

Porta: resultado

Caminho: /portal/servicos/consulta

Consulta: id=125&tipo=oficio

Fragmento: 8443

e)

Protocolo: www.aleri.rj.gov.br

Domínio: https

Porta: 8443

Caminho: /portal

Consulta: servicos/consulta?id=125

Fragmento: tipo=oficio#resultado

Simulado Final ALERJ (Especialista Legislativo Nível IV - Orçamento e Finanças) - 01/02/2026

16. Um órgão público está avaliando o uso de Inteligência Artificial Generativa (IA generativa) para apoiar atividades como redação inicial de relatórios, criação de resumos automáticos, geração de imagens institucionais e apoio à programação. No estudo técnico, destacou-se que esse tipo de IA se diferencia de abordagens tradicionais por produzir novos conteúdos, em vez de apenas classificar ou prever rótulos.

Considerando os conceitos de IA generativa, assinale a alternativa correta.

- a) IA generativa limita-se à execução de regras previamente programadas, sem empregar modelos estatísticos treinados em grandes volumes de dados.
- b) IA generativa tem como principal objetivo a classificação de dados rotulados, não sendo capaz de criar novos textos, imagens ou sons.
- c) IA generativa baseia-se em modelos capazes de aprender padrões a partir de grandes conjuntos de dados e gerar novos conteúdos, como textos, imagens, músicas ou códigos, de forma probabilística.
- d) IA generativa é composta exclusivamente por sistemas especialistas simbólicos, sem uso de redes neurais ou modelos de linguagem.
- e) IA generativa produz sempre resultados determinísticos, idênticos para a mesma entrada, não envolvendo processos estocásticos.

17. Um setor de planejamento de um órgão público está elaborando um relatório gerencial com diferentes objetivos de visualização de dados, conforme descrito a seguir:

- I. Comparar quantidades entre categorias distintas (por exemplo, número de processos por setor).
- II. Analisar a evolução de um indicador ao longo do tempo (por exemplo, despesas mensais).
- III. Apresentar a participação percentual de cada categoria em um total (por exemplo, distribuição do orçamento).

IV. Avaliar a distribuição e dispersão de valores, destacando mediana, quartis e possíveis outliers.

Considerando as boas práticas de visualização e análise de dados, assinale a alternativa que associa corretamente cada objetivo ao tipo de gráfico mais adequado.

- a) I – gráfico de linhas; II – gráfico de pizza; III – histograma; IV – gráfico de barras.
- b) I – gráfico de barras; II – gráfico de linhas; III – gráfico de pizza; IV – boxplot (diagrama de caixa).
- c) I – histograma; II – gráfico de colunas; III – boxplot; IV – gráfico de pizza.
- d) I – gráfico de setores; II – histograma; III – gráfico de linhas; IV – gráfico de colunas.
- e) I – boxplot; II – gráfico de barras; III – histograma; IV – gráfico de pizza.

18. Durante a edição de um relatório no Microsoft Word, um servidor deseja aplicar rapidamente alguns comandos por meio de atalhos de teclado. Considere as ações a seguir:

- I. Salvar o documento.
- II. Selecionar todo o conteúdo do documento.
- III. Aplicar negrito ao texto selecionado.
- IV. Localizar uma palavra no documento.

Assinale a alternativa que apresenta a associação correta entre ação e atalho, respectivamente.

- a) I – Ctrl + N; II – Ctrl + T; III – Ctrl + I; IV – Ctrl + F
- b) I – Ctrl + B; II – Ctrl + A; III – Ctrl + N; IV – Ctrl + L
- c) I – Ctrl + S; II – Ctrl + T; III – Ctrl + B; IV – Ctrl + P
- d) I – Ctrl + B; II – Ctrl + T; III – Ctrl + N; IV – Ctrl + L
- e) I – Ctrl + Shift + S; II – Ctrl + L; III – Ctrl + U; IV – Ctrl + H

19. Um servidor de um órgão público está elaborando uma apresentação institucional no Microsoft PowerPoint e precisa garantir que todos os slides sigam o mesmo padrão visual, incluindo logotipo no rodapé, fonte padronizada, cores institucionais e posição fixa de títulos. Além disso, ele deseja que futuras alterações nesse padrão sejam refletidas automaticamente em todos os slides da apresentação.

Considerando os recursos do PowerPoint, assinale a alternativa correta.

- a) As alterações devem ser feitas individualmente em cada slide, pois o PowerPoint não possui recurso centralizado para controle de layout e formatação.
- b) O recurso Slide Mestre permite definir elementos visuais e formatações globais que se aplicam aos slides vinculados, facilitando a padronização e a atualização automática.
- c) O Slide Mestre serve apenas para controlar animações e transições, não afetando cores, fontes ou objetos gráficos.
- d) O uso do Slide Mestre elimina a possibilidade de personalizar slides específicos, pois todos ficam permanentemente bloqueados ao mesmo formato.
- e) O Slide Mestre é utilizado exclusivamente para criar o sumário automático da apresentação.

20. Um órgão público passou a utilizar ferramentas de Inteligência Artificial para apoiar atividades como triagem de requerimentos, análise preliminar de documentos e elaboração de minutias. Durante a implantação, a comissão responsável destacou a necessidade de observância de princípios éticos, a fim de evitar riscos como discriminação, falta de transparência e uso indevido de dados.

Considerando boas práticas éticas no uso da IA, assinale a alternativa correta.

- a) Sistemas de IA, uma vez treinados, são intrinsecamente imparciais, dispensando monitoramento humano.

- b) A adoção de IA em órgãos públicos autoriza automaticamente o uso irrestrito de dados pessoais, independentemente de finalidade ou consentimento.
- c) O uso ético da IA envolve princípios como transparência, responsabilidade, proteção de dados, mitigação de vieses e supervisão humana.
- d) A ética em IA limita-se à eficiência computacional dos algoritmos, não se relacionando a impactos sociais ou direitos fundamentais.
- e) Para garantir neutralidade, recomenda-se impedir qualquer explicação sobre o funcionamento dos sistemas de IA ao usuário final.

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

Antônio Daud

21. Durante uma perseguição policial a um veículo em fuga, um dos disparos de arma de fogo efetuado por um agente de segurança pública atingiu e feriu gravemente um pedestre que transitava pela calçada, sem qualquer envolvimento com o crime. A família da vítima pretende buscar reparação do Estado pelos danos sofridos. De acordo com a Constituição Federal e o entendimento do Supremo Tribunal Federal, a responsabilidade civil do Estado, nesse caso, é:

- a) Subjetiva, dependendo da comprovação de dolo ou culpa do agente policial.
- b) Objetiva, sob a modalidade do risco administrativo, exigindo apenas a demonstração do dano e do nexo causal entre este e a conduta estatal.
- c) Inexistente, pois o agente agiu em estrito cumprimento do dever legal, uma excludente de responsabilidade.
- d) Subsidiária, devendo a vítima primeiro acionar judicialmente o agente policial para depois, em caso de insolvência, acionar o Estado.
- e) Objetiva, sob a modalidade do risco integral, não admitindo qualquer excludente de nexo causal.

Simulado Final ALERJ (Especialista Legislativo Nível IV - Orçamento e Finanças) - 01/02/2026

22. Um Prefeito Municipal, com base em seu poder discricionário, nomeou um cidadão para o cargo em comissão de Secretário de Obras. O ato de nomeação, devidamente publicado, continha todos os elementos necessários: agente competente, finalidade pública, forma prescrita em lei, motivo congruente e objeto lícito. Em relação aos atributos do ato administrativo, essa nomeação:

- a) Goza de presunção de legitimidade e veracidade, mas não possui autoexecutoriedade.
- b) É um ato com imperatividade, mas sem presunção de legitimidade até que seja validado pelo Legislativo.
- c) Possui exigibilidade, mas sua eficácia depende de homologação judicial.
- d) Não possui tipicidade, pois é um ato discricionário.
- e) Goza de autoexecutoriedade, impondo ao nomeado sua posse obrigatória.

23. Durante a execução de um contrato de obra pública, foi constatada a necessidade de modificar o projeto original para melhor adequação técnica. A alteração implicaria um acréscimo de 30% no valor inicial atualizado do contrato. O fiscal do contrato questionou a legalidade desse acréscimo. De acordo com a Lei nº 14.133/2021, essa alteração contratual é:

- a) Permitida, pois os acréscimos em contratos de obra podem chegar a 50% do valor inicial.
- b) Permitida, desde que haja concordância do contratado, pois o limite para acréscimos é de 25% para obras, mas pode ser expandido por acordo.
- c) Permitida, pois a lei não estabelece limites percentuais para alterações qualitativas, apenas para as quantitativas.
- d) Vedada, pois o limite máximo para acréscimos em contratos de obra é de 25% do valor inicial atualizado.
- e) Vedada, pois qualquer alteração que modifique o valor do contrato exige a realização de uma nova licitação.

24. Um hospital público necessita contratar, de forma contínua, diversos laboratórios para a realização de exames clínicos complexos, pois não possui estrutura para atender toda a demanda. O hospital pretende que todos os laboratórios que atendam aos requisitos mínimos de qualificação possam ser contratados pela tabela de preços definida pelo poder público. O procedimento auxiliar de licitação adequado para essa situação é:

- a) Pré-qualificação.
- b) Credenciamento.
- c) Procedimento de manifestação de interesse.
- d) Sistema de registro de preços.
- e) Leilão reverso.

25. Um fiscal municipal, no exercício regular de sua função, adentra um estabelecimento comercial aberto ao público para verificar o alvará de funcionamento e as condições de segurança. O proprietário do estabelecimento se opõe à fiscalização, alegando violação de propriedade. A prerrogativa que permite ao fiscal realizar tal inspeção, mesmo sem autorização judicial e contra a vontade do proprietário, deriva diretamente do:

- a) Poder hierárquico.
- b) Poder disciplinar.
- c) Poder regulamentar.
- d) Poder de polícia.
- e) Poder vinculado.

26. Um servidor público responsável pelo setor de compras de um órgão federal recebeu, de um empresário, um veículo de luxo como "presente" para agilizar a liberação de pagamentos devidos à empresa por um contrato já executado. O servidor, de fato, utilizou sua influência para acelerar os trâmites internos, que ocorreram em conformidade com a lei, apenas de forma mais célere. A conduta do servidor caracteriza ato de improbidade administrativa:

- a) Que atenta contra os princípios, pois violou o dever de imparcialidade, mas sem enriquecimento ilícito, pois o presente foi uma doação.
- b) Que causa prejuízo ao erário, pois a aceleração do pagamento pode ter gerado custos de oportunidade para a Administração.
- c) Que importa enriquecimento ilícito, consistente em receber vantagem econômica indevida para facilitar ato da administração.
- d) Atípica, pois não houve prejuízo ao erário e o ato praticado (liberação do pagamento) era lícito e devido.
- e) Que só poderia ser punida na esfera penal por corrupção passiva, não na de improbidade.

27. Um empresário, proprietário de uma construtora, induziu dolosamente um fiscal de obras de um município a aprovar a medição de uma etapa da obra que não havia sido concluída, prometendo-lhe uma vantagem futura. O fiscal, concordando, atestou falsamente a conclusão, gerando um pagamento indevido à construtora e, consequentemente, prejuízo ao erário. Na ação de improbidade administrativa, o empresário:

- a) Não pode ser réu, pois a ação se destina apenas a agentes públicos.
- b) Pode ser réu, pois a lei estende suas disposições àquele que, mesmo não sendo agente público, induza ou concorra para o ato.
- c) Responde apenas pelo resarcimento do dano, mas não pelas outras sanções, que são exclusivas de agentes públicos.

d) Só pode ser réu se for sócio-gerente da empresa, não apenas proprietário.

e) Responde na esfera criminal por corrupção, mas não na de improbidade, por ser um particular.

28. Gilnara, estudando sobre as características dos órgãos públicos, afirmou corretamente que:

- a) Possuem personalidade jurídica própria, podendo celebrar contratos em nome próprio.
- b) São centros de competência despersonalizados resultantes da desconcentração, podendo se fazer presentes na administração direta ou na indireta.
- c) Detêm autonomia política para legislar sobre matérias de sua competência.
- d) Em regra, possuem capacidade processual plena para figurar em qualquer polo de ação judicial.
- e) Integram exclusivamente a estrutura da administração direta.

29. A sociedade empresária Alfa, concessionária responsável pelo serviço de transporte público rodoviário intermunicipal, tem recebido constantes reclamações dos usuários sobre a superlotação dos veículos e o descumprimento dos horários. A agência reguladora responsável notificou a empresa, alegando que tais falhas configuram a prestação de serviço inadequado. De acordo com a Lei nº 8.987/1995, um serviço é considerado adequado quando satisfaz, entre outras, as condições de:

- a) previsibilidade, cortesia na prestação e modicidade das tarifas.
- b) Universalidade, gratuidade e eficiência.
- c) Continuidade, eficiência e segurança.
- d) Pessoalidade, discricionariedade e regularidade.
- e) Lucratividade para o concessionário, conforto e pontualidade.

Simulado Final ALERJ (Especialista Legislativo Nível IV - Orçamento e Finanças) - 01/02/2026

30. A respeito do Controle da Administração, considere:

- I – O controle externo, a cargo dos Tribunais de Contas, deve ser exercido mediante auxílio do poder legislativo de cada ente.
- II – O controle realizado pelo Senado Federal quanto à escolha de autoridades pelo Presidente, popularmente denominada “sabatina de autoridades”, é classificado como controle parlamentar direto de natureza política.
- III – O julgamento, pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, das contas dos responsáveis por dinheiros públicos caracteriza controle parlamentar indireto.

Sobre o controle da administração pública, está correto o que se afirma em:

- a) I e III, apenas.
- b) II e III, apenas.
- c) II, apenas.
- d) I e II, apenas.
- e) III, apenas.

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

Fábio Ramos

31. Tibério é brasileiro naturalizado, mas um grande admirador de culturas de outros países. Com 33 anos de idade decidiu que iria se desprender do seu passado e viver em outro país. Com o calor da emoção também decidiu renunciar à única nacionalidade que possuía, a brasileira, o que, ao seu ver, facilitaria a obtenção de uma outra nacionalidade.

À luz da sistemática constitucional, é correto afirmar que

- a) Tibério em nenhuma hipótese poderia renunciar a nacionalidade, por se tratar de direito indisponível.
- b) seria possível que Tibério renunciasse à nacionalidade, desde que tivesse pelo menos 3 nacionalidades.

c) seria possível que Tibério renunciasse à nacionalidade, desde que tivesse pelo menos 2 nacionalidades.

d) Nesse cenário atual, não conseguindo renunciar a nacionalidade, Tibério poderia ser candidato a presidência da república.

e) Nesse cenário atual, não conseguindo renunciar a nacionalidade, Tibério não poderia ser candidato a Governador.

32. Com base no artigo 66 da Constituição Estadual do RJ, avalie as afirmativas a seguir como verdadeiras (V) ou falsas (F) quanto aos símbolos do estado.

- () bandeira.
- () hino.
- () selos.
- () brasão.

As afirmativas são, na ordem apresentada:

- a) V – V – V – V.
- b) V – V – V – F.
- c) V – V – F – V.
- d) V – F – F – V.
- e) V – F – V – V.

Simulado Final ALERJ (Especialista Legislativo Nível IV - Orçamento e Finanças) - 01/02/2026

33. A partir da Emenda Constitucional nº 45/2004, uma importante mudança no nosso ordenamento jurídico aconteceu. Tibério, analisando a constituição, chegou à seguinte conclusão correta sobre tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos:

- a) sempre terão a natureza jurídica de lei ordinária, exigindo a sua aprovação, pelo Congresso Nacional, e a promulgação, na ordem interna, pelo Chefe do Poder Executivo.
- b) Podem ter a natureza jurídica de normas suprategais, se integrando, em qualquer hipótese, à ordem jurídica interna do país.
- c) podem ter a natureza jurídica de norma constitucional derivada, caso sua aprovação aconteça nas duas casas do Congresso Nacional, se dê em dois turnos de votação, com o voto favorável da unanimidade dos respectivos membros.
- d) podem ter a natureza jurídica de lei complementar, desde que o Congresso Nacional venha a aprová-los com observância do processo legislativo ordinário.
- e) sempre terão a natureza jurídica de emenda constitucional, exigindo, apenas, que a sua aprovação, pelo Congresso Nacional, se dê em dois turnos de votação, com o voto favorável de dois terços dos respectivos membros.

34. O Supremo Tribunal Federal poderá, de ofício ou por provocação, mediante decisão de dois terços dos seus membros, após reiteradas decisões sobre matéria constitucional, aprovar súmula que, a partir de sua publicação na imprensa oficial, terá efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e da administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal, bem como proceder à sua revisão ou cancelamento, na forma estabelecida em lei.

A aprovação, revisão ou cancelamento de súmula poderá ser provocada por:

- a) partido político que elegeu apenas um deputado estadual.

b) os Conselhos Federais de órgãos de classe profissional.

c) confederação sindical ou entidade de classe de âmbito regional.

d) Assembleia Legislativa do RJ.

e) o Procurador-Geral de Justiça.

35. Tibruço, analisando a constituição federal, viu que por meio da Emenda Constitucional nº 45/2004, a reforma do Judiciário instituiu o Conselho Nacional de Justiça, que tem composição plural, assim como o Conselho Nacional do Ministério Público. Lendo o texto, Tibruço ficou com dúvida e foi perguntar ao professor experiente no mundo dos concursos. O referido professor respondeu corretamente, à luz do texto constitucional, que:

- a) O presidente do CNJ não será obrigatoriamente um brasileiro nato.
- b) Todos os membros do CNJ e do CNMP que cometerem crime de responsabilidade serão julgados pelo Senado federal.
- c) O Conselho Nacional de Justiça compõe-se de 14 membros com mandato de 2 anos, admitida 1 recondução, e será presidido pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal.
- d) Compete ao Conselho o controle da atuação administrativa, jurisdicional e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes.
- e) Terá na sua composição membros da justiça eleitoral.

Simulado Final ALERJ (Especialista Legislativo Nível IV - Orçamento e Finanças) - 01/02/2026

36. O Tribunal de Justiça do RJ encaminhou ao Chefe do Poder Executivo a sua proposta orçamentária anual, a qual foi devolvida sob o argumento de equívoco no destinatário e na ausência de legitimidade do Tribunal para elaborá-la, e ainda que a proposta foi encaminhada em desacordo com os limites do poder executivo que não poderia jamais ajustar os valores.

Clóvis, estudioso do direito, analisou a narrativa acima e usando a sistemática constitucional, chegou à seguinte conclusão sobre o entendimento do Chefe do Poder Executivo que está:

- a) totalmente equivocado, pois o Poder Judiciário, em razão de sua autonomia, deve elaborar a sua proposta orçamentária e encaminhá-la ao Poder Executivo e pode ajustar os valores caso esteja em desacordo.
- b) totalmente certo, pois a proposta orçamentária é elaborada pelo Poder Executivo, responsável pela arrecadação tributária, e deve ser encaminhada ao Poder Legislativo.
- c) parcialmente certo, pois o Poder Judiciário tem legitimidade para elaborar a sua proposta orçamentária, mas deve encaminhá-la ao Poder Legislativo.
- d) parcialmente certo, pois o Poder Judiciário tem legitimidade para elaborar a sua proposta orçamentária, mas deve encaminhá-la ao Conselho Nacional de Justiça.
- e) parcialmente certo, pois, apesar de o Poder Judiciário não ter legitimidade para elaborar a sua proposta orçamentária, a análise inicial é feita pelo Poder Executivo.

37. Tibério, deputado federal eleito pelo Rio de Janeiro, após completar 24 anos de idade, caminhou do Rio até Brasília para protestar. Ele percebeu que o Presidente da República iria praticar um ato que lesaria o patrimônio público de sua cidade. À luz da sistemática constitucional afeta aos direitos e garantias fundamentais, Tibério poderá ajuizar

- a) ação popular que será julgada pelo STF, podendo ser proposta no estado onde ele se encontra (Brasília).
- b) ação civil pública que será julgada pelo STF.
- c) ação popular que será julgada pelo juiz federal.
- d) ação popular que será julgada pelo STF, mas deverá ser proposta no estado onde ele reside.
- e) ação popular que será julgada pelo STJ.

38. Determinada causa foi endereçada ao Tribunal Superior Eleitoral. Esse Tribunal, ao apreciá-la, entendeu que a competência para processar e julgar a causa seria do Superior Tribunal de Justiça. Como esse último Tribunal entendeu que também não seria competente, suscitou conflito negativo de competência. À luz da sistemática constitucional, esse conflito deve ser apreciado pelo:

- a) Supremo Tribunal Federal.
- b) Superior Tribunal de Justiça.
- c) Conselho Nacional de Justiça.
- d) Tribunal Superior do Trabalho.
- e) Tribunal Federal de Recursos.

39. O Estado Beta editou a Lei nº X em matéria de competência legislativa concorrente com a União, que deveria ser aplicada pelos órgãos do Estado. No momento da edição desse diploma normativo, este último ente federativo ainda não tinha incursionado na respectiva temática. Ocorre que, em momento posterior, a União editou a Lei nº Y, dispondo sobre a temática, em âmbito nacional, em sentido oposto ao da Lei nº X.

Nesse caso, é correto afirmar que a

- a) Lei nº Y é inconstitucional.
 - b) Lei nº X é inconstitucional.
 - c) Lei nº X foi revogada pela Lei nº Y.
 - d) Lei nº X deve ter apenas sua aplicação suspensa.
 - e) Lei nº X deve continuar a ser aplicada em Alfa.
-

40. Após a obtenção de sua independência em relação ao país Delta, as lideranças políticas do país Beta iniciaram tratativas com o objetivo de elaborar sua primeira Constituição. Com esse objetivo, definiram que seria convocada uma Assembleia Nacional Constituinte.

Nessa situação, é correto afirmar que tem como característica esse poder constituinte de ser

- a) extrajurídico.
- b) de direito.
- c) derivado.
- d) decorrente.
- e) pós-fundacional.

CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL DO SERVIDOR PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (DECRETO N° 43.583/2012) E ESTATUTO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS (DECRETO-LEI N° 220/1975) E SEU REGULAMENTO (DECRETO N° 2.479/1979)

Tiago Zanolla

41. João é servidor público efetivo do Estado do Rio de Janeiro e foi nomeado para exercer um cargo em comissão na Administração Direta. Ao assumir a nova função, surgiram dúvidas quanto à sua remuneração, aos reflexos previdenciários e à relação com o cargo efetivo que ocupa.

Com base no Decreto nº 2.479/1979, assinale a alternativa CORRETA.

- a) O servidor efetivo nomeado para cargo em comissão é obrigado a perceber exclusivamente o vencimento do cargo em comissão, perdendo temporariamente o adicional por tempo de serviço.
- b) O servidor efetivo pode optar entre o vencimento do cargo em comissão ou a remuneração do cargo efetivo acrescida de gratificação de 70%, sem prejuízo do adicional por tempo de serviço calculado sobre o cargo efetivo.
- c) O servidor contratado que assume cargo em comissão poderá optar pelo regime remuneratório

mais vantajoso, nos mesmos moldes do servidor efetivo.

d) O servidor inativo, quando provido em cargo em comissão, deverá optar entre o provento da aposentadoria ou o vencimento do cargo em comissão.

e) A posse em cargo em comissão não implica afastamento do cargo efetivo, salvo se houver vedação expressa da autoridade competente.

42. Carlos é funcionário público estadual e, ao longo do ano, passou por diferentes situações funcionais: respondeu a processo disciplinar, sofreu atrasos no expediente e também teve faltas injustificadas. Diante disso, a Administração passou a efetuar descontos em sua remuneração.

Com base no Regulamento do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis, assinale a alternativa CORRETA quanto à hipótese de desconto aplicada ao servidor.

- a) No cumprimento de pena privativa de liberdade, sem perda do cargo, o servidor deixará de receber dois terços do vencimento e das vantagens enquanto durar a pena.
- b) Durante o afastamento por suspensão preventiva ou recolhimento à prisão por ordem judicial, ainda que não haja condenação definitiva, o servidor deixará de receber integralmente o vencimento e as vantagens, sem direito à restituição futura.
- c) O servidor que faltar ao serviço em um dia específico terá descontado apenas um terço do vencimento e das vantagens correspondentes àquele dia.
- d) Caso o servidor compareça ao serviço após 60 minutos do início do expediente ou se ausente, sem autorização, por mais de 60 minutos, sofrerá desconto de um terço do vencimento e das vantagens do dia.
- e) O servidor que chegar ao serviço dentro dos 60 minutos seguintes ao início do expediente ou se ausentar, sem autorização, por período inferior a 60 minutos, perderá a totalidade do vencimento e das vantagens do dia.

Simulado Final ALERJ (Especialista Legislativo Nível IV - Orçamento e Finanças) - 01/02/2026

43. Com base no Regulamento do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro (Decreto nº 2.479/1979), acerca das penalidades disciplinares aplicáveis aos servidores públicos, assinale a alternativa CORRETA.

- a) A advertência é aplicada por escrito nos casos de negligência, devendo ser registrada nos assentamentos funcionais do servidor.
- b) A repreensão é aplicada verbalmente em casos de desobediência ou reincidência em falta anteriormente punida com advertência.
- c) A suspensão será aplicada nos casos de falta grave, desrespeito a proibições que não ensejam demissão ou reincidência em falta já punida com repreensão.
- d) A destituição de função somente pode ser aplicada quando o servidor for reincidente em falta grave punida com suspensão.
- e) Apenas as penas de suspensão e destituição de função devem ser registradas nos assentamentos funcionais do servidor.

44. De acordo com o Código de Ética do Servidor Público Civil do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro (Decreto nº 43.583), considera-se servidor público, para fins éticos, aquele que:

- a) Exerce cargo público efetivo ou em comissão, desde que perceba remuneração e possua vínculo permanente com a Administração Direta.
- b) Presta serviços exclusivamente à Administração Direta do Estado, mediante vínculo estatutário, ainda que sem remuneração.
- c) Presta serviços à Administração Pública direta ou indireta apenas quando houver contrato formal e remuneração previamente fixada.
- d) Presta serviços, por força de lei, contrato ou qualquer ato jurídico, de forma permanente, temporária ou excepcional, ainda que sem remuneração, em órgãos ou entidades onde prevaleça o interesse estatal.

e) Atua exclusivamente em empresas públicas e sociedades de economia mista, desde que contratado sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho.

45. À luz das vedações impostas ao servidor público pelo Código de Ética do Servidor Público, assinale a alternativa CORRETA:

- a) É admitido ao servidor utilizar informações obtidas no exercício do cargo em benefício de terceiros, desde que não haja vantagem econômica direta para si.
- b) O servidor pode solicitar vantagem de qualquer espécie, desde que destinada a terceiro e vinculada ao interesse público.
- c) É vedado ao servidor utilizar o cargo para obter favorecimento, ainda que o benefício não seja destinado a si próprio.
- d) O servidor somente incorre em infração ética se alterar documento público com a finalidade de obter vantagem financeira.
- e) A conduta de dificultar o exercício regular de direito de terceiros somente configura infração ética se causar dano material, não sendo relevante o dano moral.

**REGIMENTO INTERNO DA ALERJ
(RESOLUÇÃO N° 810/1997). PLANO DE
CARREIRA (RESOLUÇÃO N° 590/1994)***Emerson Bruno*

46. Com base nas disposições do Regimento Interno acerca das sessões legislativas da Assembleia Legislativa, assinale a alternativa correta.

- a) As sessões legislativas ordinárias ocorrem exclusivamente entre 1º de fevereiro e 30 de junho, sendo as reuniões realizadas no segundo semestre sempre de natureza extraordinária.
- b) As sessões legislativas extraordinárias independem de convocação formal, podendo ocorrer automaticamente fora do período ordinário.
- c) A primeira, a segunda e a terceira sessões legislativas ordinárias de cada legislatura são precedidas de sessões preparatórias.
- d) As reuniões previstas para as sessões legislativas ordinárias, quando recaírem em sábados, domingos ou feriados, são canceladas e deverão ser redesignadas por ato da Mesa Diretora.
- e) As sessões legislativas ordinárias realizam-se de 1º de fevereiro a 30 de junho e de 1º de agosto a 31 de dezembro, sendo que a primeira e a terceira são precedidas de sessões preparatórias, e as reuniões que coincidirem com sábados, domingos ou feriados são transferidas para o primeiro dia útil subsequente.

47. À luz das disposições regimentais relativas à diplomação, posse e sessão preparatória dos Deputados Estaduais, assinale a alternativa correta.

- a) O candidato diplomado a Deputado Estadual deverá apresentar à Mesa Diretora, exclusivamente de forma pessoal, até o dia 1º de fevereiro do ano da instalação da legislatura, o diploma expedido pela Justiça Eleitoral.
- b) Compete à Mesa Diretora organizar a relação dos Deputados diplomados, devendo tal relação ser concluída após a instalação da sessão de posse.
- c) As declarações de bens apresentadas no ato da posse deverão ser renovadas antes da primeira e da terceira sessões legislativas de cada legislatura.

d) A sessão preparatória dos Deputados Estaduais diplomados ocorrerá às quinze horas do dia 1º de fevereiro do primeiro ano da legislatura, sendo dirigida, preferencialmente, pelo último Presidente reeleito Deputado.

e) Na ausência do último Presidente reeleito, a direção da sessão preparatória caberá ao Deputado mais idoso, independentemente do número de legislaturas exercidas.

48. Conforme o Regimento Interno, no que se refere ao prazo para a posse dos Deputados Estaduais e ao compromisso regimental, assinale a alternativa correta.

- a) A posse deverá ocorrer no prazo máximo de trinta dias, improrrogável, contado da diplomação, em qualquer hipótese.
- b) Em caso de convocação de suplente, o prazo para posse será contado da diplomação, sendo sempre exigida a renovação do compromisso.
- c) Salvo motivo de força maior ou enfermidade devidamente comprovada, a posse deverá ocorrer no prazo de trinta dias, prorrogável por igual período, contado da primeira sessão preparatória, da diplomação ou da ocorrência do fato que a ensejar, conforme o caso.
- d) O suplente de Deputado está dispensado de prestar compromisso apenas quando assumir o mandato durante a mesma sessão legislativa em que já o tenha feito.
- e) A prorrogação do prazo para posse depende de iniciativa da Mesa Diretora, não sendo admitido requerimento do interessado.

Simulado Final ALERJ (Especialista Legislativo Nível IV - Orçamento e Finanças) - 01/02/2026

49. À luz do Regimento Interno, no que se refere à Mesa Diretora da Assembleia Legislativa, assinale a alternativa correta.
- a) A Mesa Diretora é órgão singular, competindo ao Presidente, de forma exclusiva, a direção dos trabalhos legislativos e dos serviços administrativos da Assembleia.
 - b) A Mesa Diretora delibera por unanimidade de seus membros e é composta exclusivamente por parlamentares com direito a voto, na condição de membros efetivos ou suplentes.
 - c) A Mesa Diretora é composta por um Presidente, quatro Vice-Presidentes, quatro Secretários e quatro vogais, todos efetivos e com direito a voto, reunindo-se ordinariamente uma vez por semana e, extraordinariamente, quando convocada pelo Presidente ou por sete de seus membros efetivos.
 - d) O membro da Mesa Diretora que deixar de comparecer a quatro reuniões consecutivas perderá automaticamente o lugar, independentemente da existência de causa justificadora.
 - e) Compete à Mesa Diretora exclusivamente decidir sobre requerimentos de licença dos Deputados, vedada a manifestação sobre quaisquer outros temas regimentais.

CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO*Rodrigo Bet*

50. Com base nos dispositivos da Constituição do Estado do Rio de Janeiro (CE/RJ), analise as afirmativas a seguir:
- I. Compete privativamente à Assembleia Legislativa autorizar o Governador a ausentar-se do Estado por mais de 10 dias, desde que a saída seja do território nacional.
 - II. Compete privativamente à Assembleia Legislativa julgar anualmente as contas do Governador, apreciar os relatórios sobre a execução dos planos de governo e proceder à tomada de contas quando não apresentadas no prazo constitucional.

III. A convocação extraordinária da Assembleia Legislativa pode ocorrer a requerimento do Governador do Estado, pelo Presidente da Assembleia Legislativa ou a requerimento da maioria dos seus membros, em caso de urgência ou interesse público relevante.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas a afirmativa I está correta.
- b) Apenas a afirmativa II está correta.
- c) Apenas a afirmativa III está correta.
- d) Apenas as afirmativas II e III estão corretas.
- e) As afirmativas I, II e III estão corretas.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**DIREITO FINANCEIRO E ORÇAMENTÁRIO +
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA +
ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA***Luciana Marinho*

Acerca dos assuntos PPA, LDO e LOA, julgue os itens que se seguem.

51. A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), no sistema de planejamento e orçamento instituído pela Constituição Federal de 1988, apresenta peculiaridades quanto à sua vigência. A esse respeito, é correto afirmar que a LDO:
- a) possui vigência limitada ao exercício financeiro ao qual se refere, extinguindo-se com o encerramento da execução da LOA correspondente.
 - b) é anual, mas sua vigência extrapola o exercício financeiro, pois orienta a elaboração e condiciona a execução da lei orçamentária subsequente.
 - c) tem vigência coincidente com o PPA, por integrar o planejamento de médio prazo.
 - d) produz efeitos apenas após a aprovação da LOA, razão pela qual não interfere em sua elaboração.
 - e) possui vigência meramente formal, sem efeitos normativos sobre a execução orçamentária.

52. A Constituição Federal de 1988 determina que o Plano Plurianual (PPA) seja elaborado de forma regionalizada. Considerando a finalidade do planejamento público e a interpretação dominante na doutrina e na prática orçamentária federal, a regionalização no âmbito do PPA deve ser compreendida como:

- a) exigência constitucional de distribuição uniforme das metas entre os Estados da Federação, como forma de assegurar isonomia federativa.
- b) técnica de detalhamento territorial obrigatório, limitada às cinco macrorregiões brasileiras definidas pelo IBGE.
- c) mecanismo de alocação diferenciada de metas e ações, considerando desigualdades regionais, sem imposição constitucional de critério territorial rígido.
- d) critério aplicável exclusivamente às despesas de capital, em razão de sua vinculação ao desenvolvimento econômico regional.
- e) diretriz meramente política, desprovida de efeitos práticos sobre a formulação dos programas governamentais.

53. No primeiro ano do mandato do Chefe do Poder Executivo federal, observa-se uma situação particular na articulação entre os instrumentos de planejamento previstos na Constituição Federal de 1988. Essa peculiaridade decorre do fato de que:

- a) o novo PPA entra em vigor imediatamente após a posse do Chefe do Executivo.
- b) a LDO do primeiro ano de mandato é elaborada com base no PPA vigente, que se encontra em seu último exercício de vigência.
- c) a LOA do primeiro ano de mandato prescinde de observância ao PPA.
- d) o PPA e a LDO do primeiro ano são elaborados simultaneamente e com vigências coincidentes.
- e) a Constituição autoriza, nesse período, a elaboração excepcional da LDO sem referência ao PPA.

Acerca do assunto Créditos Adicionais, julgue os itens que se seguem.

54. Quanto ao processo legislativo aplicável aos projetos de lei de créditos adicionais no âmbito federal, assinale a alternativa correta:

- a) seguem rito legislativo simplificado, em razão de sua natureza excepcional.
- b) são apreciados exclusivamente pela Câmara dos Deputados, por tratarem de matéria orçamentária.
- c) submetem-se ao mesmo rito legislativo dos projetos de lei do PPA, da LDO e da LOA.
- d) não admitem emendas parlamentares.
- e) prescindem de sanção presidencial.

55. De acordo com a Constituição Federal de 1988 e com a Lei nº 4.320/1964, constitui fonte legítima para a abertura de créditos adicionais:

- a) expectativa de arrecadação futura, ainda que não realizada.
- b) excesso de arrecadação devidamente apurado no exercício.
- c) limitação de empenho e movimentação financeira.
- d) criação de nova receita sem autorização legal.
- e) aumento estimado da dívida pública.

56. No contexto da execução orçamentária e à luz da Constituição Federal e da Lei nº 4.320/1964, os créditos especiais distinguem-se dos créditos suplementares, principalmente, porque os créditos especiais:

- a) destinam-se ao atendimento de despesas urgentes e imprevisíveis.
- b) reforçam dotações orçamentárias insuficientes constantes da LOA.
- c) criam dotações orçamentárias para despesas não previstas inicialmente na LOA.
- d) dispensam autorização legislativa prévia, desde que haja superávit financeiro.
- e) são compatíveis apenas com despesas de capital.

Acerca dos assuntos Estágios da Receita e da Despesa pública, julgue os itens que se seguem.

57. No âmbito da execução da despesa orçamentária, um gestor público autorizou a realização de determinado gasto após a verificação de que havia dotação suficiente na Lei Orçamentária Anual. O ato subsequente, que cria para a Administração a obrigação de pagamento futuro, mediante reserva da dotação correspondente, denomina-se:

- a) empenho da despesa, por meio do qual se reserva a dotação orçamentária.
- b) liquidação da despesa, uma vez que reconhece o direito do credor.
- c) fixação da despesa, pois assegura o equilíbrio entre receitas e despesas.
- d) pagamento da despesa, condicionado à disponibilidade financeira.
- e) programação financeira, que ajusta o fluxo de pagamentos.

58. No que se refere ao pagamento da despesa pública, segundo a Lei nº 4.320/1964 e o entendimento consolidado na execução orçamentária, é correto afirmar que o pagamento:

- a) pode ocorrer sem prévio empenho, desde que haja disponibilidade financeira.
- b) depende exclusivamente da autorização do ordenador de despesa.
- c) substitui a necessidade de liquidação quando o contrato já estiver assinado.
- d) antecede a liquidação em situações excepcionais.
- e) pressupõe a regular realização das fases de empenho e liquidação.

59. Após a execução parcial de um contrato administrativo, a Administração Pública procedeu à conferência do serviço prestado, verificando sua conformidade com as condições pactuadas. À luz da Lei nº 4.320/1964, essa etapa da execução da despesa corresponde à:

- a) fixação da despesa, pois define o montante autorizado na LOA.
- b) programação financeira, por compatibilizar pagamentos e arrecadação.
- c) liquidação da despesa, que apura o direito adquirido pelo credor.
- d) empenho da despesa, que cria obrigação para a Administração.
- e) autorização de pagamento, etapa final da execução orçamentária.

60. Embora a Lei nº 4.320/1964 não trate expressamente da fixação ou programação da despesa como estágio da execução orçamentária, a doutrina e a prática administrativa reconhecem esse momento como relevante no ciclo orçamentário. Nesse sentido, a fixação da despesa:

- a) corresponde ao ato administrativo que reconhece o direito do credor após a execução do objeto.
- b) consiste no ajuste do fluxo de pagamentos ao comportamento da arrecadação, próprio da programação financeira.
- c) configura a reserva de dotação para atendimento de obrigação futura, equiparando-se ao empenho.
- d) representa a autorização legislativa para realização da despesa, materializada na dotação inicial da LOA.
- e) traduz-se na abertura de créditos adicionais para assegurar o equilíbrio fiscal.

CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO*Gilmar Possati*

61. A Secretaria de Fazenda do Município Audazes dos Pampas procedeu ao lançamento do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) referente ao exercício de 2024. O fato gerador ocorreu em 1º de janeiro, e os boletos foram enviados aos contribuintes para pagamento (arrecadação) a partir de fevereiro. Considerando as naturezas de informações do PCASP e os regimes contábeis vigentes no Setor Público, assinale a opção que descreve corretamente o impacto contábil no momento do lançamento (janeiro), antes do recebimento dos valores.

- a) Deve ser registrada a Receita Orçamentária Realizada, pois o lançamento é um estágio da execução da receita que cria o direito de cobrança para o ente público.
- b) Ocorre o reconhecimento de uma Variação Patrimonial Aumentativa (VPA) e de um Ativo (Crédito Tributário a Receber) na natureza de informação patrimonial, mas não há registro de Receita Orçamentária Realizada na natureza orçamentária.
- c) Não deve haver nenhum registro contábil, nem orçamentário nem patrimonial, pois a contabilidade pública segue estritamente o regime de caixa para ambos os enfoques.
- d) O registro deve ocorrer apenas em contas de controle (Atos Potenciais Ativos), aguardando-se a arrecadação para o registro patrimonial e orçamentário simultâneo.
- e) Deve-se registrar a Receita Orçamentária Realizada na natureza orçamentária e, simultaneamente, uma Variação Patrimonial Aumentativa na natureza patrimonial, obedecendo ao regime de competência integral.

62. O Município Audazes dos Pampas recebeu, em doação, um terreno para a construção de uma escola. O terreno foi avaliado a valor justo por R\$ 1.000.000,00. A transação não envolveu entrada de recursos financeiros no momento da doação. Com base na estrutura das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público e no MCASP, assinale a opção correta sobre o impacto dessa transação.

- a) A transação deve ser registrada apenas no Balanço Patrimonial, aumentando o Ativo Não Circulante e o Patrimônio Líquido, sem transitar pela Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), pois não houve execução orçamentária.
- b) A operação gera uma Variação Patrimonial Aumentativa (VPA) que deve ser evidenciada na DVP, independentemente de execução orçamentária, e aumenta o Ativo Imobilizado no Balanço Patrimonial.
- c) Por ser uma doação de bens imóveis, deve ser registrada como Receita de Capital Orçamentária no momento da assinatura da escritura, afetando o Balanço Orçamentário e o Balanço Financeiro.
- d) O registro deve ocorrer como uma Receita Extraorçamentária, impactando o Balanço Financeiro e a Demonstração dos Fluxos de Caixa nas atividades operacionais.
- e) A doação deve ser reconhecida como uma Reserva de Reavaliação no Patrimônio Líquido, não afetando o resultado do exercício na DVP.

Simulado Final ALERJ (Especialista Legislativo Nível IV - Orçamento e Finanças) - 01/02/2026

63. Durante o exercício financeiro de 202X, o Município Audazes dos Pampas reconheceu a depreciação mensal de sua frota de veículos no valor total de R\$ 120.000,00. Adicionalmente, houve o consumo de material de expediente que estava em estoque (almoxarifado), no valor de R\$ 30.000,00. Sob a ótica do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) e da Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), assinale a afirmativa correta.

- a) Ambos os eventos representam Despesas Orçamentárias Correntes e devem ser registrados no Balanço Orçamentário como despesas liquidadas.
- b) A depreciação é uma Variação Patrimonial Diminutiva (VPD) que independe da execução orçamentária, enquanto o consumo de material é uma despesa orçamentária efetiva no momento do consumo.
- c) Ambos os eventos geram Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD) e reduzem o resultado patrimonial do exercício, sendo considerados fatos independentes da execução orçamentária (extraorçamentários) no momento do seu registro mensal.
- d) O consumo de material gera uma VPD, mas a depreciação é registrada apenas em contas de compensação, não afetando o resultado patrimonial na DVP.
- e) A depreciação deve ser registrada como despesa de capital, pois se refere a bens do ativo imobilizado, afetando o fluxo de caixa de investimentos.

64. A Prefeitura do Município Audazes dos Pampas apresentou os seguintes saldos em 31/12/20X3:

- 1. Caixa e Equivalentes de Caixa: R\$ 500.000,00
- 2. Créditos Tributários (Dívida Ativa) a receber em até 12 meses: R\$ 200.000,00
- 3. Créditos Tributários (Dívida Ativa) a receber após 12 meses: R\$ 800.000,00
- 4. Veículos utilizados na administração: R\$ 300.000,00

5. Softwares de gestão pública: R\$ 100.000,00

Com base na estrutura do Balanço Patrimonial definida pelo MCASP, o valor total do Ativo Circulante e do Ativo Não Circulante é, respectivamente:

- a) R\$ 700.000,00 e R\$ 1.200.000,00.
- b) R\$ 500.000,00 e R\$ 1.400.000,00.
- c) R\$ 700.000,00 e R\$ 400.000,00.
- d) R\$ 1.500.000,00 e R\$ 400.000,00.
- e) R\$ 200.000,00 e R\$ 1.700.000,00.

65. O Município Audazes dos Pampas realizou as seguintes transações financeiras em determinado exercício:

- 1. Recebimento de receitas de impostos: R\$ 2.000,00
- 2. Pagamento de salários de servidores: R\$ 1.200,00
- 3. Aquisição de computadores para o departamento de TI: R\$ 500,00
- 4. Alienação (venda) de veículos inservíveis: R\$ 100,00
- 5. Pagamento de amortização (principal) da dívida fundada: R\$ 300,00

Considerando a estrutura da Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) conforme o MCASP, o Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Investimento foi de:

- a) Consumo líquido de R\$ 400,00.
- b) Geração líquida de R\$ 100,00.
- c) Consumo líquido de R\$ 500,00.
- d) Consumo líquido de R\$ 700,00.
- e) Geração líquida de R\$ 1.600,00.

Simulado Final ALERJ (Especialista Legislativo Nível IV - Orçamento e Finanças) - 01/02/2026

66. A procuradoria jurídica do Município Audazesdos Pampas está analisando três processos judiciais movidos contra o ente público:

- Processo X: A perda é avaliada como provável e o valor pode ser estimado com confiabilidade.
- Processo Y: A perda é avaliada como possível.
- Processo Z: A perda é avaliada como remota.

De acordo com a NBC TSP 03 e o MCASP, qual deve ser o tratamento contábil correto para cada processo no fechamento do Balanço Patrimonial?

- a) Todos devem ser reconhecidos como passivos no Balanço Patrimonial, pelo princípio da prudência.
- b) Processo X deve ser reconhecido como Provisão (Passivo); Processo Y deve ser divulgado apenas em Notas Explicativas; Processo Z não requer registro nem divulgação.
- c) Processo X e Y devem ser reconhecidos como Provisão; Processo Z deve ser divulgado em Notas Explicativas.
- d) Nenhum deve ser reconhecido como passivo até o trânsito em julgado da sentença, devendo todos constar apenas em contas de controle.
- e) Processo X é Passivo Contingente; Processo Y é Provisão; Processo Z é desconsiderado.

III. Compete ao Tribunal de Contas apreciar a legalidade da concessão inicial de aposentadoria, reforma ou pensão, no prazo de até cinco anos, sob pena de concessão de registro tácito, contados da chegada do processo na Corte de Contas.

Está correto o que se afirma em

- a) I, II e III.
- b) I e II, apenas.
- c) II e III, apenas.
- d) III, apenas.
- e) II, apenas.

68. A atividade administrativa se submete a um conjunto de controles, que buscam não só assegurar o cumprimento das leis, como também o alcance de bons resultados. Nesse contexto, os sistemas de controle elucidam o conjunto de ferramentas para a realização do controle da atividade estatal. Sobre esse tema, é correto afirmar que:

- a) no sistema do contencioso, a decisão da jurisdição administrativa não faz coisa julgada, de tal forma que será possível rever os atos do poder público por meio de ação judicial específica.
- b) o Brasil adota a dualidade de jurisdição, uma vez que as decisões da administração pública somente fazem coisa julgada em sentido material, motivo pelo qual é possível debater a matéria no âmbito do Judiciário.
- c) as decisões dos tribunais de contas representam um modelo misto, uma vez que são decisões administrativas de natureza jurisdicional.
- d) o sistema inglês é típico dos países do *common law* e representa a unicidade de jurisdição, o que não veda, entretanto, que os conflitos sejam resolvidos em âmbito administrativo.
- e) no sistema adotado no Brasil, qualquer litígio administrativo poderá ser levado ao Poder Judiciário, independentemente de prévio requerimento perante o poder público.

CONTROLE INTERNO E EXTERNO

Herbert Almeida

67. Analise os itens subsequentes:

- I. Desde que previsto em lei, o Tribunal de Contas pode determinar que o controle interno realize auditorias, uma vez que é papel do sistema de controle interno apoiar o controle externo.
- II. O Tribunal de Contas pode exercer o controle de constitucionalidade de leis ou atos normativos do poder público, desde que o ato viole patentemente dispositivo da Constituição Federal ou seja contrário à jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, sendo que a decisão do TC terá eficácia *erga omnes*.

69. João é servidor do Tribunal de Contas do Estado Gama e foi designado pelo Tribunal para participar de um congresso com a participação de servidores de diversos tribunais de contas do Brasil. Em um dos eventos, ele acompanhou a palestra de Antonio, Auditor de Controle Externo do TCE do estado Alfa. Na apresentação de Antonio, constava uma explicação sobre a destinação dos recursos arrecadados com as multas proporcionais aos danos causados ao erário, em razão dos processos de contas realizados no âmbito dos municípios, e das multas simples, aplicadas em razão de irregularidades sem dano ao erário. Nesse caso, considerando que o TCE do estado Alfa é encarregado de fiscalizar os recursos estaduais e os recursos de todos os municípios do respectivo estado, constava corretamente na apresentação que:

- a) em qualquer hipótese, as multas deveriam ser recolhidas aos cofres do governo do Estado, uma vez que o Tribunal é órgão estadual.
- b) o valor do ressarcimento do dano ao erário, quando se tratar de recursos municipais, será recolhido aos cofres do Tesouro Municipal, mas o valor da multa proporcional ao dano deverá ser revertido para fundo próprio, para o custeio das atividades de fiscalização.
- c) a multa proporcional ao dano é considerada “valor acessório”, devendo ser recolhida para os mesmos cofres do valor do ressarcimento ao erário, ou seja, para os cofres do município, enquanto a multa simples será recolhida aos cofres do estado Alfa.
- d) ainda que a multa proporcional ao dano seja aplicada contra agente público municipal, o valor deverá ser recolhido ao Tesouro do Estado.
- e) o Estado e o município serão credores solidários do montante da multa proporcional ao dano, que poderá ser executada pela procuradoria de qualquer desses entes.

AUDITORIA GOVERNAMENTAL*Guilherme Sant'Anna*

70. Os princípios fundamentais de auditoria no setor público orientam a conduta dos auditores para a promoção da boa governança. Nesse contexto:

- a) O julgamento profissional deve ser evitado, a fim de garantir a padronização de condutas e interpretações em auditorias.
- b) O ceticismo profissional é irrelevante quando as evidências forem oriundas de fontes internas da entidade auditada.
- c) A independência é condição desejável, mas não essencial à credibilidade do trabalho de auditoria.
- d) A auditoria deve ser exercida com integridade, objetividade e competência técnica, respeitando os princípios de ética e responsabilidade.
- e) A responsabilidade do auditor restringe-se à verificação de conformidade formal com as normas legais aplicáveis.

71. Em relação à evidência de auditoria governamental, assinale a alternativa correta.

- a) A evidência oral, por ser informal, é suficiente para fundamentar conclusões.
- b) Quanto maior a materialidade do objeto auditado, menor a exigência de robustez das evidências.
- c) A evidência deve ser apropriada e suficiente, para dar suporte adequado às conclusões da auditoria.
- d) Evidências documentais são obrigatórias apenas em auditorias financeiras.
- e) Evidências obtidas por fontes externas não são consideradas confiáveis.

- 72.** O relatório de auditoria, conforme as normas aplicáveis à auditoria governamental, deve:
- a) Ser elaborado exclusivamente para uso interno do órgão de controle.
 - b) Omitir as limitações enfrentadas durante os exames, a fim de preservar a credibilidade da auditoria.
 - c) Ser assinado pelo gestor auditado, como forma de validação técnica.
 - d) Incluir apenas os achados negativos, omitindo práticas satisfatórias.
 - e) Ser claro, objetivo e conter as conclusões com base nas evidências coletadas.

LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

Herbert Almeida

- 73.** O princípio da segregação de funções orienta a gestão de competências no processo licitatório. Sobre a aplicação prática desse princípio, assinale a alternativa correta:
- a) determina que a Administração deve dividir o objeto da licitação em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis.
 - b) impõe que a publicidade dos atos, programas e obras não contenha nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal.
 - c) veda a designação do mesmo agente público para atuação simultânea em funções suscetíveis a riscos, de modo a reduzir a possibilidade de ocultação de erros e de ocorrência de fraudes.
 - d) garante que o edital seja interpretado de forma a favorecer a competitividade, afastando exigências que possam restringir injustificadamente o certame.
 - e) obriga a Administração a selecionar a proposta que gere o menor impacto ambiental, visando ao desenvolvimento nacional sustentável.

- 74.** Determinado estado da Federação pretende realizar uma licitação para a implantação de um sistema de transporte público autônomo e de alta tecnologia. A Administração identificou que não possui conhecimento técnico suficiente para definir a especificação final e que o mercado dispõe de diversas soluções distintas que precisam ser discutidas com os interessados. Diante dessa complexidade técnica, o órgão optou pela modalidade diálogo competitivo. De acordo com as normas de condução desta modalidade, nos termos da Lei nº 14.133/21 assinale a alternativa correta:

- a) a licitação necessariamente será conduzida por comissão de contratação composta de pelo menos três servidores efetivos ou empregados públicos pertencentes aos quadros permanentes da Administração.
- b) o diálogo competitivo deve ser julgado exclusivamente pelo critério de menor preço, de modo a garantir a economicidade na contratação de inovações.
- c) a comissão de contratação poderá ser composta exclusivamente por profissionais terceirizados, desde que possuam notória especialização no objeto da licitação.
- d) é vedada a contratação de profissionais externos para o assessoramento técnico da comissão durante a fase de diálogo com os licitantes.
- e) a fase de diálogos deve ser encerrada assim que a Administração identificar um único licitante capaz de atender às necessidades mínimas do projeto.

Simulado Final ALERJ (Especialista Legislativo Nível IV - Orçamento e Finanças) - 01/02/2026

75. Sobre os instrumentos auxiliares das licitações e contratações, o credenciamento é definido pela Lei nº 14.133/2021 como:

- a) procedimento de manifestação de interesse em que a Administração Pública solicita à iniciativa privada a realização de estudos e projetos.
- b) sistema de registro formal de preços relativos a prestação de serviços e aquisição de bens, para contratações futuras, por meio de ata.
- c) processo de pré-qualificação destinado a identificar interessados que reúnam condições de habilitação e fornecedores de bens que atendam às exigências técnicas.
- d) procedimento administrativo de chamamento público em que a Administração convoca interessados para que, preenchidos os requisitos necessários, se credenciem para executar o objeto quando convocados.
- e) instrumento de seleção de propostas de técnica e preço para a contratação de serviços de publicidade e propaganda.

76. Uma empresa de engenharia firmou contrato administrativo com uma autarquia para a manutenção corretiva de rodovias. Durante a execução, a Administração Pública deixou de efetuar os pagamentos devidos pelas medições realizadas por um período de 70 dias, contados da emissão da nota fiscal. Não houve decretação de calamidade pública ou grave perturbação da ordem que justificasse a retenção. Com base nas disposições sobre a extinção e suspensão dos contratos, assinale a alternativa correta:

- a) o contratado é obrigado a manter a execução integral do objeto por até 90 (noventa) dias, independentemente da falta de pagamento, em razão da supremacia do interesse público.
- b) é assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação.
- c) a falta de pagamento por período superior a dois meses autoriza a extinção imediata e automática do contrato, por ato unilateral do contratado.

d) o atraso de pagamento só autoriza a suspensão da execução se o período de inadimplência for superior a 180 (cento e oitenta) dias consecutivos.

e) a Administração Pública pode exigir a continuidade do serviço por tempo indeterminado, desde que promova a atualização monetária dos valores devidos.

CONHECIMENTOS INSTITUCIONAIS DA ALERJ*Tiago Zanolla*

77. Com base na Resolução nº 590/1994, que dispõe sobre o Plano de Carreira dos Servidores da Assembleia Legislativa, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Carreira funcional corresponde exclusivamente ao conjunto de cargos ocupados por servidores efetivos, não abrangendo vencimentos nem vantagens.
- b) Nível é definido como a posição do servidor na escala de vencimentos da carreira, independentemente da escolaridade exigida.
- c) Área é o conjunto de atividades profissionais interrelacionadas, cujo exercício configura o atendimento a uma função, podendo ser subdividida em especialidades.
- d) Índice corresponde à divisão básica da carreira, diretamente relacionada à escolaridade indispensável ao desempenho das atividades.
- e) Os cargos em comissão integrantes da lotação de gabinetes e comissões permanentes são de recrutamento restrito, providos exclusivamente por servidores efetivos da Assembleia.

Simulado Final ALERJ (Especialista Legislativo Nível IV - Orçamento e Finanças) - 01/02/2026

78. À luz da Resolução nº 590/1994, que dispõe sobre o Plano de Carreira dos Servidores da Assembleia Legislativa, especialmente no que se refere aos institutos da especialização, qualificação e aos respectivos adicionais, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Especialização corresponde exclusivamente a conhecimentos adquiridos fora da Assembleia Legislativa, mediante cursos formais reconhecidos pelo Ministério da Educação.
- b) O adicional de especialização será concedido ao servidor que atingir o último índice do nível e completar 25 anos de serviço público.
- c) O adicional de qualificação será concedido em percentual variável, conforme avaliação funcional, incidente sobre o índice em que o servidor estiver localizado.
- d) Os adicionais de especialização e de qualificação servem de base de cálculo para outras vantagens pecuniárias e não são incorporáveis aos proventos de aposentadoria.
- e) Qualificação decorre de conhecimentos adquiridos por experiência profissional específica na Assembleia Legislativa, habilitando o servidor ao exercício de atividades mais complexas na carreira.

79. Com base na Resolução nº 590/1994, especialmente quanto aos institutos da progressão e da promoção na carreira dos servidores da Assembleia Legislativa, assinale a alternativa CORRETA:

- a) A progressão consiste na passagem do servidor de um nível para outro superior, exigindo interstício mínimo de dois anos e avaliação de desempenho satisfatória.
- b) A promoção representa o avanço do servidor para o índice subsequente dentro do mesmo nível, ocorrendo automaticamente a cada vinte e quatro meses.
- c) A progressão ocorre no mesmo nível, para o índice subsequente, após vinte e quatro meses contados

da investidura na carreira, podendo ser retardada em razão de penalidade ou avaliação insatisfatória.

d) A promoção poderá ocorrer com mudança de especialização independentemente de formação profissional específica, desde que cumprido o interstício de dois anos.

e) Tanto a progressão quanto a promoção admitem mudança de área ou especialização de forma automática, desde que respeitado o interstício legal.

80. Com base nas disposições da Resolução nº 590/1994, acerca da jornada de trabalho, lotação, limite remuneratório e avaliação funcional dos servidores da Assembleia Legislativa, assinale a alternativa CORRETA:

- a) A jornada de trabalho dos integrantes da Carreira é de 40 horas semanais, sendo vedada qualquer alteração pela Mesa Diretora, ainda que em razão da natureza das atribuições.
- b) A lotação dos servidores da Carreira pode ocorrer em qualquer órgão da Assembleia Legislativa, independentemente de correlação com sua área de especialização, desde que haja necessidade do serviço.
- c) A remuneração mensal dos servidores da Assembleia Legislativa não poderá ultrapassar os valores percebidos, no mesmo período, por Deputado Estadual, considerados todos os títulos remuneratórios em espécie.
- d) A avaliação funcional dos servidores restringe-se exclusivamente ao desempenho técnico, não abrangendo aspectos relacionados ao potencial e à conduta funcional.
- e) A integral dedicação ao desempenho das atribuições da Carreira impede a fixação de jornada diversa das 40 horas semanais, ainda que prevista em ato da Mesa Diretora.

Discursiva

Texto Motivador

Durante a elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA) para o exercício de 2025, o prefeito do Município "Beta" solicitou à sua equipe econômica três providências. Primeiro, incluiu no texto da lei um artigo que altera o nome de diversas ruas da cidade, argumentando aproveitar a tramitação célere do orçamento. Segundo, determinou que os valores recebidos a título de "depósito em caução" (garantias de licitantes) fossem classificados como receitas orçamentárias disponíveis para custear despesas de pessoal. Terceiro, previu a realização de uma Operação de Crédito (empréstimo) para construção de uma escola, mas demonstrou dúvida se esse ingresso aumentaria o Patrimônio Líquido do ente, solicitando uma análise sobre a efetividade dessa receita.

Comando da Questão

Considerando a situação hipotética e as normas de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e Princípios Orçamentários, redija um texto dissertativo analisando a regularidade das propostas do prefeito. Em seu texto, aborde necessariamente os seguintes tópicos:

1. A violação ao Princípio da Exclusividade na inclusão de matéria estranha à previsão de receita e fixação de despesa.
2. A distinção entre Receita Orçamentária e Ingresso Extraorçamentário, com foco na natureza do depósito em caução.
3. A classificação da Operação de Crédito quanto à categoria econômica e ao impacto na situação líquida patrimonial (receita efetiva ou não efetiva).

Simulado Final ALERJ (Especialista Legislativo Nível IV - Orçamento e Finanças) - 01/02/2026

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.

Sua opinião é muito importante para nós!

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>